

AGRICULTURA ■ PEDIDA NULIDADE DOS CONTRATOS

# “Dispensados são 90% mais baratos”

■ Para os mobilizados o Governo gastava “400 mil euros” em vez de 3,5 milhões com seguranças

● ALEXANDRE M. SILVA

**A** Conferência Nacional dos Mobilizados (CNM) do Ministério da Agricultura exigiu ontem ao Governo a anulação dos contratos com os 92 seguranças para reforçar a fiscalização aos subsídios comunitários por considerar a medida “altamente dispendiosa”. Os funcionários do quadro da mobilidade garantem que se o ministério readmitisse o mesmo número de dispensados da Função Pública o Estado pouparia 90 por cento do valor pago pelos serviços dos seguranças, na ordem de 3,5 milhões de euros. “Em 900 dispensados há 92 com perfil para desempenhar aquelas funções. Seriam gastos 400 mil euros porque este valor era somado aos 66 por cento do vencimento dos mobilizados. Contas feitas ficava 90 por cento mais barato ao Estado”, exemplificou João Carrilho, presidente da CNM.

A polémica, noticiada em primeira mão pelo CM na edição de



Dispensados pedem nulidade do contrato com empresa de segurança

domingo, surgiu em Novembro quando os fiscais foram confrontados com os seguranças provenientes da empresa Strong, propriedade do ex-vereador das Finanças da Câmara de Lisboa, Cardoso da Silva. A medida, que incluiu ainda a cedência de veículos, foi decidida pelo gabinete do ex-ministro Jaime Silva para acelerar o controlo do pagamento das ajudas directas.

O concurso público foi ganho pelo consórcio entre as empresas de segurança Strong e a de transportes Bizarro Duarte. Pelo contrato, com duração até Dezembro de 2010, o Estado vai pagar 3 594 240,1 euros. O CM sabe que cada segurança recebe 760 euros líquidos por mês da Strong e tem de pagar à empresa 180 euros pela formação e mais 15 pelo certificado de segurança. ■